

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 10.338.320/0001-00 | CVM nº 02217-9 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2018, o Grupo Neoenergia apresentou resultados econômico-financeiros sólidos e ampliou seus negócios. Neste ano, a Neoenergia manteve o plano de investir continuamente na melhoria e na expansão da sua rede elétrica, além da ampliação de seu parque gerador, com um volume total de R\$ 4,4 bilhões investidos, sobretudo para atender os 13,8 milhões de clientes de suas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro) – um universo de mais de 34 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira. Os resultados obtidos em 2018, e que passamos agora a apresentar, nos encorajam a prosseguir com o firme compromisso com a satisfação dos nossos clientes e com o desenvolvimento do Brasil.

Chegamos ao final de 2018 com o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 4,6 bilhões, aumento de 47% em relação a 2017. Entre os fatores que impactaram positivamente esse resultado estão a incorporação plena da Elektro Holding as revisões tarifárias de Coelba e Cosern, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEel) em abril, e ainda os reajustes anuais de Celpe e Elektro, ocorridos, respectivamente, em abril e agosto. A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 27% e chegou a R\$ 26,0 bilhões. Já o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores saltou de R\$ 406 milhões, em 2017, para R\$ 1,5 bilhão em 2018, um aumento de 278%.

Passamos a atuar em 18 estados brasileiros em 2018, sobretudo devido à expansão de nosso segmento de Transmissão, que dobrou de tamanho com a conquista, em dezembro, de quatro dos 16 lotes no leilão 04/2018 promovido pela Aneel. Fomos o maior destaque do certame, arrematando os lotes 1 (o maior em disputa), 2, 3 e 14, que incluem linhas e subestações nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em Distribuição, os investimentos de R\$ 3,5 bilhões, dedicados à modernização e expansão de nossa rede, trouxeram bons resultados em indicadores de qualidade. Pela primeira vez, desde 2009, todas as distribuidoras do grupo ficaram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel para o indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC).

Importante destacar também os avanços nos projetos de inovação em Fernando de Noronha (PE) e de *smart grid* em Atibaia (SP). Em Noronha, a instalação do sistema de armazenamento da energia elétrica produzida pelas duas usinas solares, em relação ao projeto *Energia do Futuro*, em Atibaia e região, a implantação de uma rede privada de banda larga sem fio para operação de sistema elétrico atenderá a mais de 75.000 residências e empresas na região.

No segmento de Geração, fato marcante foi a conclusão das obras da UHE Baixo Iguaçu, no oeste paranaense. Com 350 MW de capacidade instalada, a usina foi autorizada pela Aneel, em janeiro de 2019, a colocar na fase de testes sua primeira turbina. O desenvolvimento do Complexo Eólico da Paraíba também merece destaque. Com a conquista, em dezembro de 2017, de nove parques em leilão da Aneel, a Neoenergia avançou em 2018 na implantação de um dos mais importantes complexos de geração eólica do país, com 18 parques no total. Lançado em novembro, com a inauguração da iluminação do Forte de Cinco Pontas em Recife, o Instituto Neoenergia consolida o braço de atuação social do grupo, reunindo todas as nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais, sob a égide dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para coroar um ano promissor, a Neoenergia ficou em primeiro lugar no ranking Transparência em Relatórios Corporativos 2018, entre as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do Brasil, feito pela Transparência Internacional. A nota média das empresas foi de 5,7, em uma escala de 0 a 10. A Neoenergia, cumprindo 100% dos requisitos avaliados, recebeu a nota máxima. Esse prêmio nos enche de orgulho, pois consagra a transparência e a correção com que demonstramos, como agora, nossos resultados anuais a nossos acionistas e à sociedade em geral.

1. A AFLUENTE T

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, constituída em 18 de agosto de 2008. A base acionária atual da Companhia é composta pela Neoenergia S/A (87,84%), Iberdrola Energia S/A (8,50%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,29%) e um *free float* de 1,37%.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

Em 2018, a economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas tanto por eventos internos quanto externos. Externamente, a guerra comercial entre EUA e China e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleram a economia mundial. Internamente, a greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições frustraram as expectativas de crescimento. Conforme dados do boletim Focus, a previsão de aumento do PIB brasileiro no início de 2018 estava na faixa de 2,7%. Em junho, após a greve, a expectativa de crescimento já havia reduzido para 1,5% e, sem mostrar sinais de recuperação, fechou o ano com uma expectativa de apenas 1,3% de crescimento em relação ao ano anterior.

O saldo da balança comercial foi positivo, apesar de um resultado agregado anual inferior ao de 2017. Foi registrado um superávit de, aproximadamente R\$ 58 bilhões, condizente com as previsões do Governo que esperava, no início de 2018, um superávit em torno de R\$ 50 bilhões. Esse saldo foi resultado de um aumento de 10,2% no nível de exportações e de 20,2% nas importações, em comparação a 2017.

O Índice Nacional de Precos ao Consumidor Amplo – IPCA, um dos indicadores que medem o nível de inflação no Brasil, iniciou o ano com previsão de 3,93% para 2018 e se manteve estável, terminando o ano com uma expectativa de 3,69%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central do Brasil. No entanto, o preço dos combustíveis, em particular do diesel, manteve a tendência crescente iniciada em 2017. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre.

O IBOVESPA, índice que reflete o comportamento do mercado de ações brasileiro, acumulou uma variação positiva de 15,03% em 2018. Apesar de apresentar oscilações, registrando um valor mínimo de 69.068,77 pontos em junho, seguiu um ritmo de alta e alcançou a máxima do ano, 91.242,22 pontos, no pregão de 03 de dezembro. O índice fechou o ano em 87.887,26 pontos.

As projeções para 2019 se mantêm constantes. O Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária - COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA situe-se em torno dos 3,9% em 2019.

No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial e outros), puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Para o segmento de Transmissão, destacamos as Resoluções Normativas nº 815 (“REN nº 815”) e nº 816 (“REN nº 816”), ambas passaram a vigorar em 22 de maio de 2018, além da Resolução Normativa nº 841 (“REN nº 841”) de 18 de dezembro de 2018.

A REN nº 815 regulamentou os pagamentos referentes aos custos incorridos por concessionárias de serviço público de transmissão, que apresentam atividades de análise de projeto e comissionamento de instalações.

A REN nº 816 aprova as revisões dos Submódulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), ambos referentes à definição dos critérios e aos procedimentos a serem utilizados no processo de revisão periódica das receitas anuais permitidas (“RAP”) das instalações de transmissão de energia elétrica. As principais alterações regulamentares referem-se, em especial, às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória –BRR e Outras Receitas. Estabelece, ainda, a regra provisória para as concessionárias de transmissão que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013 e cuja data-base do processo tarifário é 1º de julho de 2018 e define que as diferenças serão apuradas quando da realização do processo definitivo e compensadas em parcelas iguais até a próxima revisão tarifária. A Resolução Normativa nº 841, de 18 de dezembro de 2018, estabelece critérios e condições para entrada em operação comercial de funções de transmissão sob a responsabilidade de Transmissoras a serem integradas ao SIN. Dentre as principais modificações trazidas pelo novo regulamento destacam-se a criação do Termo de Liberação da Receita (“TLR”). Este documento dá o direito ao recebimento de parcela da RAP das Funções de Transmissão ou Grupo de Funções de Transmissão discriminados (quando houver Pendências Impeditivas de Terceiros ou Pendências Impeditivas de Caráter Sistemico e não houver Pendências Impeditivas Próprias). Além da criação do comando regulatório que estabelece que a Transmissora passará a receber 80% (oitenta por cento) da parcela de RAP por FT ou Grupo de FT quando as Pendências Não Impeditivas Próprias não forem solucionadas em até 12 (doze) meses após o início da Operação Comercial com Pendências.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Afluente T trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto nas áreas rurais, quanto nos grandes centros urbanos.

Com potência instalada de 600 MVA, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

Transmissão - Em operação	Tipo	Participação Neoenergia	Localização	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão
AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)					
Linhas de Transmissão					
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1	Transmissão	87,80%	BA	13/09/09	08/08/27
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1				13/09/09	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2				02/08/09	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2				19/01/15	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1				24/11/09	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1				18/01/15	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1				31/01/16	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2				31/12/90	
LT 138 KV Funil - Poções C-1				01/05/93	
Subestações Rede Básica					
Tomba	Transmissão	87,80%	BA	31/12/90	08/08/27
Brumado II - 230/69kV				11/12/02	
Itagibá				13/09/09	

Em 2018, a disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,72%, bem em linha com o desempenho realizado nos 4 últimos anos. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. A partir deste tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

5. INVESTIMENTOS

No ano de 2018, a Afluente T realizou investimento no montante de R\$ 1,38 Milhão, A variação entre o volume investido em 2017 para 2018 está majoritariamente ligada a necessidade em substituir equipamentos em final de vida útil, conforme descrito abaixo:

(I) R\$ 646,2 mil referente à aquisição de 3 disjuntores de 230kV para a SE Tomba;

(II)RS 122,5 mil com a substituição do banco de baterias da SE FORD;

(III) RS 249,3 mil com a substituição de 3 Transformadores de Potencial Capacitivo e 6 Transformadores de Corrente;

(IV) R\$ 126,8 mil com a compra de equipamentos sobressalentes;

(V) RS 154,4 mil com P&D;

(VI) RS 80,8 mil com equipamentos de teste.

Investimentos	2018	2017
Investimento total (R\$MM)	1,38	0,5

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ⁽¹⁾	2018	2017	2018 X 2017	
			R\$	%
Receita Bruta	36.584	26.516	10.068	37,97%
(-) Deduções da Receita Bruta	(2.900)	(2.870)	(30)	1,05%
Impostos	(1.407)	(1.336)	(71)	5,31%
Encargos Setoriais	(1.493)	(1.534)	41	(2,67%)
Receita Operacional Líquida (A)	33.684	23.646	10.038	42,45%
(-) Receita de construção	-	512	(512)	(100,00%)
(-) Outras receitas	7.066	121	6.945	N/A
Receita Operacional Líquida (s/Rec. Construção e Outras Receitas)	26.618	23.013	3.605	15,67%
Custos de construção (B)	-	(512)	512	(100,00%)
Custos Gerenciáveis Total (C)	(10.781)	(10.468)	(313)	2,99%
EBITDA (A+B+C)	22.903	12.666	10.237	80,82%
Resultado Financeiro	1.402	2.278	(876)	(38,45%)
Resultado antes dos Impostos	24.305	14.944	9.361	62,64%
IR e CSLL	(1.689)	(2.427)	738	(30,41%)
Lucro (Prejuízo) do Período	22.616	12.517	10.099	80,68%
⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida				

6.1. Receita Operacional Bruta

A Receita Bruta de Afluente T encerrou o ano de 2018 com um aumento de R\$ 10.068 mil (37,97%) em comparação ao ano de 2017. Variação positiva de R\$ 1.912 mil, da remuneração do ativo contratual, saindo de R\$ 15.163 mil em 2017, para R\$ 17.075 mil no encerramento de 2018, reflexo da atualização monetária e ajuste nas premissas de rentabilidade do ativo da concessão. Também observamos um aumento na linha de receita de operação e manutenção, consequência da alteração de critérios contábeis suportada pelo CPC47/IFRS15, que a partir de 2018 passa a mensurar os ativos da concessão como ativos contratuais e a reconhecer uma margem de operação e manutenção de 25% sobre o custo de O&M projetado, que representou um acréscimo de R\$3.605 mil.

Para análise de receita e custo de construção, como a Afluente T já está operando, todos os investimentos feitos nela foram considerados como custos gerenciáveis. Na linha de outras receitas, aumento de R\$ 6.945 mil, devido aos CCTs (contratos de compartilhamento), que previamente eram apresentados dentro da receita pela disponibilidade da rede elétrica.

6.2. Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta encerraram o ano de 2018 com queda de R\$ 104 mil ou 3,46% comparativamente ao encerramento de 2017, majoritariamente em virtude da redução de encargos setoriais. O incremento na linha de impostos registrou aumento de 5,31% (R\$ 71 mil), para o ano de 2018, devido ao maior volume de impostos incidentes sobre a receita, que teve aumento de 37,97%, conforme item 6.1. Adicionalmente, houve queda de 10,49% em encargos setoriais (R\$ 175 mil).

A Afluente T encerrou o ano de 2018 com Receita Operacional Líquida de R\$ 33.684 mil, aumento de 43,26% em relação ao ano anterior.

6.3. Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas no encerramento do ano de 2018 foram inferiores em R\$ 65 mil (0,60%) quando comparado ao ano anterior. Os maiores impactos estão nas linhas de material e serviço de terceiros. Na linha de serviços, houve uma redução no contrato de O&M, e uma redução da linha de material, que são devidas à redução de material de reparo vinculado ao contrato de O&M.

Os itens de investimento que eram considerados como custos de construção até o ano passado, passaram a compor os custos operacionais, apresentando um aumento no custo operacional de 2018. Conforme mencionado no item 6.1, por conta do CPC47/IFRS15. Para linha de outros, evidenciamos um aumento de R\$ 212 mil, devido a reformas e melhorias com compra de equipamentos, além de aumento em aluguel e arrendamentos pelo reajuste anual conforme contrato.

6.4. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados no Release da Companhia estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução.

A Afluente T apurou para o ano de 2018 EBITDA de R\$ 22.903 mil, com aumento de 80,82% equivalente a R\$ 10.237 mil, em relação ao ano anterior. A margem EBITDA para 2018 foi de 67,99%, apresentando um incremento de 2,74 p.p. em relação ao mesmo período em 2017. O Ebitda, que reflete majoritariamente o resultado de uma maior receita líquida, conforme item 6.2.

6.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido da Afluente T encerrou o ano de 2018 com um resultado financeiro positivo, uma receita de R\$ 1.402 mil, redução de 38,45% quando comparado ao ano de 2017 (equivalente a R\$ 876 mil).

Para as linhas de Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos não houve variação significativa. Para a linha de Receita de Aplicações Financeiras o resultado negativo comparado ao ano de 2017, de R\$ 995 mil foi devido: a redução de 3,67 pontos percentuais no CDI acumulado no ano, com efeito negativo na rentabilidade de R\$ 1.071 mil. Em contrapartida, houve o maior volume das disponibilidades, contribuiu positivamente em R\$ 76 mil.

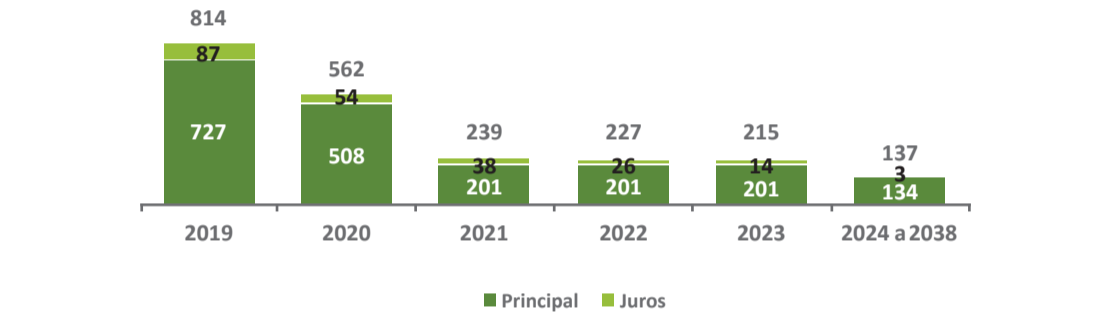
Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2018	2017	Δ	%
CDI	6,26%	9,93%	-3,67%	-36,96%
TJLP	6,72%	7,12%	-0,40%	-5,62%
USD	3,8748	3,3080	0,57	17,13%
IPCA	3,75%	2,95%	0,80%	27,12%

6.6. Endividamento

Em Dezembro de 2018, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.976 mil (dívida líquida negativa em R\$ 29.605 mil), apresentando uma redução de 27% (R\$ 729 mil) em relação a Dezembro de 2017. Em relação a segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 63,0% da dívida contabilizada no longo prazo e 37,0% no curto prazo.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e Juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



A companhia possui a maior concentração de dívida nos anos de 2019 e 2020 devido ao vencimento de uma das linhas de financiamento junto ao Banco do Brasil (*funding* BNDES) em 2020.

7. PRÁTICAS DE GESTÃO

7.1. Remuneração de Acionistas

Os proventos relacionados ao exercício de 2017, de acordo com a Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2018, foram:

(i) Ratificação dos dividendos intermediários no valor de R\$ 7.714 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 15 de setembro de 2017 e pagos em 28 de setembro de 2017;

(ii) Deliberação dividendos adicionais no valor de R\$ 4.803 mil e pagos em 09 de maio de 2018.

No ano de 2018, a Companhia deliberou o seguinte provento:

(j) Dividendos Intermediários referentes ao exercício de 2018, na Reunião do Conselho de Administração de 18 de outubro de 2018 no valor de R\$ 6.585 mil pagos em 12 de novembro de 2018.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2018 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

7.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo.

O Sistema de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia, reúne as normas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia. O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento atribuiu ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

É integrado por quatro representantes titulares e respectivos suplentes dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

7.3. Gestão de Pessoas

O Grupo Neoenergia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza regularmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2018, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo participação de 88%. Os resultados apontaram que 95% dos participantes sentem orgulho de fazer parte do Grupo Neoenergia. Os resultados estimulam a criação de planos de ações de melhoria a serem implementados ao longo de 2019. Algumas já foram iniciadas ainda em 2018, a exemplo da criação do Comitê de Pessoas que, entre outros objetivos, vai empenhar-se em fazer com que sejam executadas as ações sinalizadas pela Pesquisa de Clima.

Em 2018 também, o Grupo Neoenergia investiu em seu público operacional por meio da sua Escola de Eletricistas. Este projeto, em desenvolvimento, tem o propósito de formar pessoas da comunidade como eletricitistas de rede de distribuição. Em 2018, também foi criado o Programa Educadores com o objetivo de promover a multiplicação do conhecimento e a capacitação dos colaboradores por meio da valorização dos nossos talentos internos. Adicionalmente, focado no desenvolvimento da liderança, foi criado o Lídera, que oferece diversos conteúdos por meio de uma plataforma digital e encontros presenciais.

O Grupo transformou a vida das pessoas por meio de trabalhos sociais. Os colaboradores tiveram a oportunidade de participar do Programa de Voluntariado Iberdrola, implantado para todo Grupo pela primeira vez em 2018 com várias ações desenvolvidas ao longo de ano. Em 2018 houve ainda a implantação do *Yammer*, uma plataforma digital que possibilita a interação entre os colaboradores de todas as empresas do Grupo Iberdrola no mundo, entre elas o Grupo Neoenergia.

8. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está expressa na sua missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas, para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”.

A atuação do grupo nesse tema está alinhada com a política de Responsabilidade Social Corporativa, que norteia o modelo de negócio para o cumprimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Em 2018, as Políticas de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia. A Política de Sustentabilidade abrange os princípios básicos que todas as empresas devem cumprir e que configuram um marco de referência para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como focos principais os ODS relacionados ao Acesso à Energia Limpa (7) e Combate a Mudanças Climáticas (13).

No luta contra as mudanças climáticas, O Grupo Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança, tendo como objetivo contribuir para um futuro sustentável e de baixo carbono, minimizando o impacto ambiental de suas operações.

Em 2018, o Grupo renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado a partir da metodologia da Global Reporting Initiative (GRI).

8.1. Educação e Cultura

Na área de educação, as principais atuações do Grupo Neoenergia, em 2018, foram em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o UNICEF, por meio de programas voltados para a correção do fluxo escolar e à capacitação de professores do ensino fundamental em uma metodologia inovadora voltada às práticas pedagógicas.

As ações educativas para comunidades com foco em segurança com a rede elétrica também fizeram parte da atuação do grupo em 2018, reafirmando o compromisso com a integridade e segurança das pessoas.

8.2. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Entre as ações que merecem destaque em 2018 estão o projeto Vale Luz, que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia.

A área de Eficiência Energética também desenvolve projetos educativos nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Além disso, a área promove o ganho de eficiência de prédios públicos na área de concessão das distribuidoras do Grupo.

8.3. Inovação

O ano de 2018 reforçou a importância da Inovação para o Grupo Neoenergia, seguindo as diretrizes globais e as tendências do setor. O modelo caracteriza-se por ser descentralizado, reforçando a autonomia das áreas de negócio dentro da estratégia de inovação da companhia, e aberto, com a crescente interação com diferentes agentes. O

8.5. Meio Ambiente

No ano de 2018, o Grupo Neoenergia aprovou em seu Conselho de Administração as novas Políticas de Meio Ambiente e Biodiversidade, documentos que norteiam as diretrizes estratégicas e a adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços relacionados as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Dentre os princípios estabelecidos nestas políticas merecem destaque: conservação da Biodiversidade e valorização do Capital Natural; incorporação da dimensão ambiental na tomada de decisão estratégica; emprego de um esforço contínuo na identificação, avaliação e redução dos impactos ambientais das atividades do Grupo; aplicação de um enfoque preventivo para minimizar o impacto dos novos empreendimentos e apoiar os processos de negociações internacionais e participação efetiva para contribuir com as metas dos ODSs da ONU.

8.6 Instituto Neoenergia

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação do Instituto Neoenergia como braço de atuação social do Grupo Neoenergia, quando desenvolveu projetos em quatro áreas de atuação. Os destaques foram: (i) na área de Formação e Pesquisa o Programa de Bolsas de Estudo, que contribui na formação de jovens brasileiros, através bolsas para universidades da Espanha e Reino Unido; (ii) em Arte e Cultura, com a nova iluminação do Forte das Cinco Pontas, em Recife, e início das obras para iluminar a Fortaleza da Barra Grande, em São Paulo e (iii) na área de Biodiversidade e Mudanças Climáticas, através do Projeto Flyways, que conta com a parceria da SAVE Brasil, na busca por assegurar a conservar das monitorar 5 espécies de aves ameaçadas de extinção e seus habitats, contribuindo para a preservação das espécies em nível hemisférico.

9. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

Primeiro Prêmio Nacional de Gestão de Ativos do Setor Elétrico

Fomos vencedores na categoria Tecnologia e Inovação. O case apresentado do: "Excelência em Controle e Gestão Ativos traz Resultado Econômico-Financeiro para empresas do Setor Elétrico".

Prêmio ABERJE 2018

Fomos reconhecidos na categoria de Melhor Projeto Audiovisual do País com a websérie "Massarandupió: uma inspiração para o futuro", que conta as histórias dos moradores de uma comunidade quilombola a de cem quilômetros de Salvador (BA).

Prêmio Época Reclame Aqui

Celpe, Coelba e Cosern foram finalistas na categoria Concessionária de Serviços. O prêmio - conhecido como o Oscar do atendimento brasileiro - foi ganho pela Celpe, que recebeu mais de 21 mil votos.

Prêmio ODS Brasil – Menção Honrosa

O projeto da Neoenergia de eficiência energética "Vale Luz", desenvolvido pelas suas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, recebeu menção honrosa na primeira edição do Prêmio ODS Brasil, que reconhece práticas que contribuem para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Pela Abraede 2018

Pela nona vez, a Elektro foi consagrada como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País no prêmio concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Primeiro Lugar no Ranking Transparência Internacional

A Neoenergia ficou em primeiro lugar no ranking da Transparência Internacional em Relatórios Corporativos 2018, com nota máxima. O levantamento inclui as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do Brasil.

Prêmio Love Mondays - empresas mais amadas do Brasil

A Elektro registrou nota 4,12 de 5, que representa muito satisfeito e está na 35ª posição, dentre 50 companhias do Brasil elencadas como as mais amadas. As avaliações do ranking foram registradas entre janeiro e novembro de 2018.

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Informação Adicional)

1 - BASE DE CÁLCULO	2018				2017			
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Receita Líquida (RL)	33.684				23.512			
Resultado Operacional (RO)	22.903				12.666			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	-				-			
Valor Adicionado Total (VAT)	27.641				18.426			

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Previdência privada *	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	393	0,00%	1,17%	1,42%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	393,00	0,00%	1,17%	1,42%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	4.689	20,47%	13,92%	16,96%	5.531	43,67%	23,39%	30,02%
Total - Indicadores sociais externos	5.082	20,47%	15,09%	18,39%	5.531	43,67%	23,39%	30,02%

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Passivos e contingências ambientais.	-				-			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2018				2017			
Nº de empregados(as) ao final do período	-				-			
Nº de admissões durante o período	-				-			
Nº de desligamentos durante o período	-				-			
Nº de empregados(as) terceirizados	-				0			
Nº de estagiários(as)	-				-			
Nº de empregados acima de 45 anos	-				-			
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:	-				-			
menores de 18 anos	-				-			
de 18 a 35 anos	-				-			
de 36 a 60 anos	-				-			
acima de 60 anos	-				-			
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:	-				-			
analfabetos	-				-			
com ensino fundamental	-				-			
com ensino médio	-				-			
com ensino técnico	-				-			
com ensino superior	-				-			
pós-graduados	-				-			
Nº de empregados por sexo:	-				-			
homens	-				-			
mulheres	-				-			
% de cargos de chefia por sexo:	0%				0%			
homens	0%				0%			
mulheres	0%				0%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-				-			

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.212	18.945	Fornecedores	7	893	629
Contas a receber de clientes	5	3.424	3.647	Empréstimos e financiamentos	8	731	733
Impostos e contribuições a recuperar		11	233	Encargos setoriais	9	39	138
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	6.1	-	30.257	Impostos e contribuições a recolher	11	766	764
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6.2	16.987	-	Dividendos, juros sobre capital próprio e restituição de capital	13	118	106
Outros ativos circulantes		-	4	Outros passivos circulantes		109	89
Total do circulante		51.634	53.086	Total do circulante		2.656	2.459
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		278	289	Empréstimos e financiamentos	8	1.245	1.972
Depósitos judiciais	12	701	141	Encargos setoriais	9	516	352
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	6.1	-	1.275	Impostos e contribuições diferidos	10	5.253	4.407
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6.2	153.585	-	Provisões	12	689	635
Outros ativos não circulantes		2	-	Outros passivos não circulantes		87	31
Total do não circulante		154.566	1.705	Total do não circulante		7.790	7.397
Ativo total		206.200	54.791	Patrimônio líquido			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Capital social		33.085	33.085
				Reservas de lucros		162.669	7.047
				Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	4.803
				Total do patrimônio líquido		195.754	44.935
				Total do passivo e patrimônio líquido		206.200	54.791

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		
Serviços de transmissão de energia e outros	36.584	26.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(74)	(116)
Insumos adquiridos de terceiros	(10.501)	(10.603)
Materiais, serviços de terceiros e outros	26.009	15.797
Valor adicionado líquido produzido	1.632	2.629
Valor adicionado recebido em transferência	27.641	18.426
Receitas financeiras		
Valor adicionado total a distribuir	1.389	1.336
Distribuição do valor adicionado	1.689	2.427
Impostos, taxas e contribuições	1.493	1.668
PIS/COFINS sobre faturamento	118	100
Imposto de renda e contribuição social	4.689	5.531
Obrigações intra-setoriais		
Outros	230	351
Subtotal	106	27
Remuneração de capitais terceiros	336	378
Juros e variações monetárias		
Aluguéis		
Subtotal	6.585	7.714
Remuneração de capitais próprios	-	4.803
Dividendos distribuídos	16.031	-
Dividendos adicionais propostos	22.616	12.517
Reserva de retenção de lucros	27.641	18.426
Subtotal		
Valor adicionado distribuído		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade

Com o projeto "Tecnologias Sustentáveis para Fernando de Noronha", a Neoenergia ficou com o troféu "Grandes Empresas" do Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade 2018, que reconhece ações empresariais nos campos social, ambiental e de governança.

Prêmio 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Época Negócios

A Neoenergia avançou 11 posições no ranking das 500 maiores empresas do Brasil, no ranking 2018 da revista Época Negócios. A companhia subiu da 38ª para a 27ª colocação, com avanço de 38% da receita líquida entre os anos de 2016 e 2017, e crescimento do Grupo em 27% no lucro líquido e 69% no patrimônio líquido.

Prêmio Melhores e Maiores 2018 – Revista Exame

A Neoenergia subiu 12 posições no ranking dos 200 maiores grupos do Brasil, passando da 36ª para a 24ª colocação no anuário Melhores e Maiores 2018, divulgado em 13 de agosto pela revista Exame. A Neoenergia Comercialização avançou 240 posições no ranking das maiores empresas do Brasil e agora é 309ª colocada entre as 500 líderes em vendas, além da 5ª empresa do país com maior geração de riqueza por empregado (sendo a 3ª no setor de energia nessa categoria).

Prêmio Pró-Ética 2017

A Neoenergia foi uma das 23 vencedoras do Pró-Ética 2017, programa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) que certifica companhias "íntegras e éticas nas suas relações entre os setores público e privado". Neoenergia e a Elektro também foram premiadas em 2016.

10. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de maio de 1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, a Demonstração Financeira – DF da Companhia, e, Informações Trimestrais referentes ao ano de 2018, foram revisadas pela KPMG.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2018, no montante de R\$ 285.885,13: Demonstração Financeira Societária; Demonstração Financeira Regulatória; Relatório de Controle Patrimonial; e, Informações Trimestrais. A Afluente ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2018.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Afluente Transmissão de Energia S.A. ("AFLUENTE T"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da AFLUENTE T e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da AFLUENTE T.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da AFLUENTE T sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da AFLUENTE T e do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-	-
Remuneração bruta segregada por:	-	-
Empregados	-	-
Administradores	-	-
Terceirizados	-	-
Autônomos	-	-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2018	2017
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-	-
Nº total de acidentes de trabalho	-	-

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerência () todos (as) os empregados (as)	() direção (X) direção e gerência () todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerência () todos(as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)	(X) direção e gerência () todos(as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)	() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve () apóia () organiza e incentiva	(X) não se envolve () apóia () organiza e incentiva

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 1 de janeiro de 2017	63.085	7.047	-	-	6.074	76.206
Redução de capital (Nota 12)	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.517	-	12.517
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(6.074)	(6.074)
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários	-	-	-	(7.714)	-	(7.714)
Dividendos propostos	-	-	-	(4.803)	4.803	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	33.085	7.047	-	-	4.803	44.935
Adoção Inicial – CPC 48	-	-	-	(48)	-	(48)
Adoção Inicial – CPC 47	-	-	-	139.639	-	139.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.616	-	22.616
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(4.803)	(4.803)
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	(430)	430	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	155.622	(155.622)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(6.585)	-	(6.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	33.085	6.617	156.052	-	-	195.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Fluente T” ou “Companhia”), controlada pela Neenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos. A Receita Anual Permissa (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2408, de 26 de junho de 2018, é de R\$ 39.698 para o período 2018/2019. Para o período 2017/2018 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$538.011 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos períodos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 6; (ii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa; vide nota explicativa nº 5; (iii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 18; (iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 11; **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Classificação e mensuração subsequente: Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto; (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descolamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Classificação e mensuração subsequente: Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto; (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descolamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:** A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ao realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; - como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e - a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia. Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR. **Avaliação sobre se os Fluxos de Caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:** Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018:** A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: - empréstimos e recebíveis; - mantidos até o vencimento; - disponível para venda; e - ao VJR, e nesta categoria como: - mantidos para negociação; - instrumentos derivativos de hedge; ou - designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(i) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (ii) **Compensação de saldos (“offsetting”):** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Contrato de Concessão de Serviços Públicos – Ativo Contratual:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Fluente T regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permissa (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo Contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permissa (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo total do ativo contratual aplicando a alíquota de presunção. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Despesas de imposto de

renda e contribuição social diferido: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **e) Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **f) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”):** A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 3. As informações sobre exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 18. **g) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 3. **h) Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **i) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.6. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.7. Encargos setoriais:** a) **Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. b) **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. c) **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. d) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers): A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ref.	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018	
	Lucros acumulados	
Ativo contratual	(a)	140.532
Imposto de renda e contribuição social relacionados		(892)
Impacto em 1º de janeiro de 2018		139.640

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanço Patrimonial	2018 Ref.		2018
	(Conforme apresentado)	Ajustes	(Valores sem adoção do CPC47/IFRS15)
Ativo Circulante			
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	(a) 23.860	23.860
Concessão do serviço público (ativo contratual)	16.987	(a) (16.987)	-
Demais ativos circulares não impactados	34.635	-	34.635
Total do Ativo Circulante	51.622	6.873	58.495
Ativo Não Circulante			
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	(a) 1.275	1.275
Concessão do serviço público (ativo contratual)	153.585	(a) (153.585)	-
Demais ativos não circulares não impactados	993	-	993
Total do Ativo Não Circulante	154.578	(152.310)	2.268
Total do Ativo	206.200	(145.437)	60.763
Total do Passivo Circulante	2.656	-	2.656
Passivo Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição diferido	5.253	(b) (138)	5.115
Demais passivos não circulares não impactados	2.537	-	2.537
Total do Passivo Não Circulante	7.790	(138)	7.652
Patrimônio Líquido			
Reservas de lucros	162.669	(c) (145.299)	17.370
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	33.085	-	33.085
Total do Patrimônio Líquido	195.754	(145.299)	50.455
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	206.200	(145.437)	60.763
Demonstração do resultado do exercício	2018 Ref.	Ajustes	2018
	(Conforme apresentado)		(Valores sem adoção do CPC47/IFRS15)
Receita líquida	33.684	(a) (4.450)	29.234
Custo do serviço	(10.028)	(a) (455)	(10.483)
Outros	649	-	649
Imposto de renda e contribuição social	(1.689)	(755)	(2.444)
Lucro líquido do exercício	22.616	(5.660)	16.956

(a) Implementação do CPC47/IFRS15, que define o ativo da concessão como ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 2.5.b; (b) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 2.5.b; (c) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido, conforme descrito na nota explicativa 2.5.b; **II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments):** A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados. • **Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
R\$ mil			
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	Custo amortizado	Custo amortizado	18.945
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.647
Concessão do Serviço Público	Empréstimos e recebíveis	-	-
Total de ativos financeiros			22.592
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	629
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	2.705
Total de passivos financeiros			3.334

A partir de 1º de janeiro de 2018, os recebíveis das transmissoras passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo da IFRS 15. • Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados.

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	3.647
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	(48)

III – Outras alterações: As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: - Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. - Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*). - Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40). - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. - ICP 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. 3.1. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases	A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.	1º de janeiro de 2019
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações a diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> Alterações em função da edição do CPC 06 (R2); Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017; Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. 	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICP 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convenencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>)	Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação.	1º de janeiro de 2019
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como "planos de benefício previdenciário", "planos de pensão", "planos de aposentadoria" ou "planos de benefício de aposentadoria". Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020

	Fluxo de caixa					Alterações em não caixa				
	2016	Adições	Baixas	Outros	2017	Adições	Baixas	Outros	Alterações em não caixa	2018
Empréstimos e financiamentos	3.434	-	(886)	-	157	2.705	-	(850)	(123)	121

9. ENCARGOS SETORIAIS

	2018	2017
Reserva Global de Reversão – RGR	209	83
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	23	21
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	301	366
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	10	9
Ministério de Minas e Energia - MME	12	11
Total	555	490
Circulante	39	138
Não circulante	516	352

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

	2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(13.645)	(3.411)	(11.447)	(2.862)
Contribuição Social	(13.645)	(3.411)	(11.447)	(2.862)
Diferenças temporárias	(20.468)	(1.842)	(17.171)	(1.545)
	(20.468)	(1.842)	(17.171)	(1.545)
Total	(5.253)	(4.407)		

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia. A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	76	26
Fundos de investimento	31.136	18.919
	31.212	18.945
	31.212	18.945

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2018	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo	31.106	18.907
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	30	12
Total CEC - Fundos Exclusivos	31.136	18.919

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017					
Títulos a receber							
Terceiros	4.306	4.408					
Partes relacionadas (nota 17)	2.482	2.807					
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(882)	(761)					
Total	3.424	3.647					
	Vencidos	Total	PECLD				
	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017	
Setor privado	3.358	55	893	4.306	4.408	(882)	(761)
Total	3.358	55	893	4.306	4.408	(882)	(761)

6. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

6.1. Concessão do serviço público (Ativo financeiro): Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	Ref.	2018	2017
Recebíveis	(a)	-	30.820
Indenização	(b)	-	712
Total		-	31.532
Circulante		-	30.257
Não circulante		-	1.275
(a) Valores de fluxo de caixa futuros da Companhia que serão recebidos dentro do prazo de concessão por meio da RAP. (b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão. A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis da Companhia está assim apresentada:			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	Ref.	41.602	
Adições		512	
Amortização		(25.745)	
Atualização		15.163	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		31.532	
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual)	(a)	(31.532)	
Saldo em 1º de janeiro de 2018		-	

(a) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo contratual, detalhado na nota 6.2. **6.2. Concessão do serviço público (Ativo contratual):** Segue composição do ativo contratual da concessão: A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	2018	2017
Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro)	31.532	
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	140.532	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	172.064	
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(18.567)	
Remuneração do ativo contratual	17.075	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	170.572	

Circulante 16.987
Não circulante 153.585
Conforme mencionado nas notas explicativas 2.5.c e 3.1, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$140.532 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo contratual quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

7. FORNECEDORES

	2018	2017
Terceiros	527	619
Partes relacionadas (nota 17)	366	10
Total	893	629

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018	2017
BANCO DO BRASIL		
Circulante	731	733
Não circulante	1.245	1.972

Financiamentos obtidos com recursos do BNDES (FINAME) para a aquisição de subestação de energia, com taxa efetiva entre 4,5% a.a. e 6% a.a., que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, com término em agosto de 2024.

	2018	2017
2019	-	727
2020	508	508
2021	201	201
2022	201	201
2023	201	201
2024	134	134
Total obrigações	1.245	1.972

A mutação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	735	2.699	3.434
Encargos	157	-	157
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(886)	-	(886)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	733	1.972	2.705
Encargos	121	-	121
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(850)	-	(850)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	731	1.245	1.976

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	IR	CS	IR	CS
Receita da atividade	37.772	37.772	36.463	36.463
Presunção do imposto de renda e contribuição social	8%	12%	8%	12%
	3.022	4.533	2.917	4.376
Receita de serviço	271	271	87	87
Presunção do imposto de renda e contribuição social	32%	32%	32%	32%
	87	87	28	28
Base de cálculo presumida	3.108	4.619	2.945	4.403
Receitas financeiras	1.631	1.631	2.629	2.629
Receita de aluguel	34	34	34	34
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	4.773	6.284	5.608	7.066
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social no período	1.193	566	1.402	636
Adicional de imposto de renda e contribuição social	(24)	-	(24)	-
IR/CS Diferidos - Ativo Contratual	(30)	(16)	268	145
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.139	550	1.646	781
Corrente	1.169	566	1.378	636
Recolhidos e pagos	632	385	666	484
À pagar	130	145	154	114
Compensados e deduzidos	407	36	558	38
Diferido	(30)	(16)	268	145
	1.139	550	1.646	781

Os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos na adoção inicial do CPC47/IFRS15 foram no montante de R\$656 e R\$236, respectivamente.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Imposto de renda - IR	130	154
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	145	114
Programa de integração social - PIS	18	17
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	83	80
Imposto sobre serviços - ISS	344	306
Impostos e contribuições retidos na fonte	46	93
	766	764

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista, cível ou fiscal avaliadas como perda possível. A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	Trabalhistas
Saldos em 1º de janeiro de 2017	553
Atualização	82
Saldos em 31 de dezembro de 2017	635
Adições	9
Baixas/Reversões	(8)
Atualização	53
Saldos em 31 de dezembro de 2018	689

Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. a) Depósitos judiciais: Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2018	2017
Trabalhistas	154	141
Fiscais	547	-

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.591	2.586
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	21	34
Atualização de depósitos judiciais	20	9
Outras receitas financeiras	-	-
Total	1.632	2.629
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(121)	(157)
Atualização provisão para contingências	(53)	(82)
Outras despesas financeiras	(56)	(112)
Total	(230)	(351)
Resultado financeiro, líquido	1.402	2.278

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

COLIGADAS	Ref.	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesa)	
		2018	2017	2018	2017
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo					
NEOENERGIA	(a)	2	-	(19)	-
		2	-	(19)	-
Serviços Administrativos					
COELBA	(b)	(5)	(10)	(76)	(119)
NEOENERGIA OPERACAO E MANUTENCAO S.A	(c)	(361)	-	(4.908)	(6.051)
		(366)	(10)	(4.984)	(6.170)

Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
COELBA	(d)	595	594	5.588	5.502
		595	594	5.588	5.502

Receita/(Compra) de Energia Elétrica				
COELBA	1.093	865	8.466	8.495
CELPE	40	38	365	259
COSERN	10	10	124	93
ITAPEBI	2	2	21	26
TERMOPERNAMBUCO	4	3	41	52
BAGUARI	-	-	4	4
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	3	3	33	41
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES	30	34	342	432
CALANGO 1	-	-	1	2
CALANGO 2	-	-	1	2
CALANGO 3	-	-	1	2
CALANGO 4	-	-	1	2
CALANGO 5	-	-	1	2
CALANGO 6	-	-	2	-
CAETITÊ 1	-	-	2	2
CAETITÊ 2	-	-	1	2
CAETITÊ 3	-	-	1	2
SANTANA 1	-	-	1	-
SANTANA 2	-	-	1	-
ELEKTRO REDES	47	52	470	158
	1.229	1.007	9.879	9.576

Dividendos e JSCP					
OUTROS MINORITÁRIOS		(118)	(106)	-	-
		(118)	(106)	-	-
TOTAL		1.342	1.485	10.465	8.908

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários - Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28). (b) Consumo próprio de energia. (c) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M. (d) Contrato de Conexão ao sistema de transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGP.M.

18. APLICAÇÕES EM FUNDO DE INVESTIMENTO BB POLO 28

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
André Augusto Telles Moreira - Presidente	
TITULARES	
Solange Maria Pinto Ribeiro	Rogério Aschermann Martins

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente	Eunice Rios Guimarães Batista
Mário José Ruiz-Tagle Larrain	Diretora de Gestão de Pessoas
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure	Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Regulação	Diretor de Planejamento e Controle

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia - CRC-RJ-091476/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Afluente Transmissão de Energia S.A.** Campinas - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria
Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

(a) Mensuração do ativo contratual e d receita de contrato com clientes
(Consulte a nota explicativa 2.5.b, 2.7, 3.1 e 14 às demonstrações financeiras)

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito da Companhia Neoenergia.

19. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. **b) Gestão de capital:** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **c) Gestão de risco de mercado:** Risco de taxas de juros e índice de preços: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas. **d) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 31.136 (R\$ 18.919 em 31 de dezembro de 2017) em fundos exclusivos. A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos									
Empréstimos e financiamentos	1.976	2.194	814	562	239	227	215	137	
Fornecedores	893	893	893	-	-	-	-	-	

e) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2018, compreendendo o relatório da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2019.

André Augusto Telles Moreira
Solange Maria Pinto Ribeiro
Rogério Aschermann Martins

	2018	2017
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	31.212	18.945
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	4.306	4.408
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	170.572	30.820

Mensurado pelo custo amortizado
Concessão do Serviço Público - Indenização - 712
f) Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período. • Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. • Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	RS				
			Taxa no período	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	11.075	709	(177)	(354)

g) Estimativa a valor justo: O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Operação	Indexador	Risco	2018		2017	
			Con-tábil	Valor justo	Con-tábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis			3.424	3.424	34.467	34.467
Contas a receber de clientes e outros			2	3.424	3.424	3.647
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras			3	-	-	30.820
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			31.212	31.212	19.657	19.657
Caixa e equivalentes de caixa			1	31.212	31.212	18.945
Concessão do Serviço Público - Indenização			3	-	-	712
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			2.869	2.869	3.334	3.334
Mensurado pelo custo amortizado			2	893	893	629
Fornecedores			2	1.976	1.976	2.705
Empréstimos e financiamentos						

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

21. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Segurada	Prêmio
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30.11.18 a 31.05.19		339.622	123
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30.11.18 a 31.05.20		100.000	44

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.338.320/0001-00, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Afluente T, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente T, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2019.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente	Eduardo Capelastegui Saiz
Mário José Ruiz-Tagle Larrain	Diretor de Planejamento e Controle
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Eunice Rios Guimarães Batista	Diretor de Regulação
Diretora de Gestão de Pessoas	

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 15P259468/O-7